

SAÚDE E O PIB BRASILEIRO

Gilson Carvalho¹

1. RESUMO EXECUTIVO

1. O PIB FOI CORRIGIDO EM SEU VALOR NOMINAL ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2006. O VALOR TOTAL DO PIB DE 2006 É DE R\$2,323 TRI, DIFERENTE DOS CERCA DE R\$2,065 TRI INICIALMENTE PREVISTOS. O EFEITO FINAL EM 2006 FOI O AUMENTO DE R\$257 BI (9,6%) DILUÍDO ENTRE 1995-2005.
2. A DIFERENÇA ENTRE OS PERCENTUAIS DE VARIAÇÃO DO PIB NOVO E VELHO 2000-2006 É DE APENAS 2,94% A MAIS DO % DE CRESCIMENTO NOVO (82,65%) EM RELAÇÃO AO % VELHO (79,71%). ESTA ALTERAÇÃO TRAZ QUASE NENHUMA MODIFICAÇÃO NOS VALORES DESTINADOS À SAÚDE SE COMPENSADOS GANHOS E PERDAS ATÉ 2006 PRINCIPALMENTE PELA COMPENSAÇÃO A MAIS DOS RECURSOS DA SAÚDE EM 2007.
3. A ALTERAÇÃO DO VALOR DO PIB MODIFICA VÁRIAS COMPARAÇÕES FEITAS COM ESTA BASE. DESTAQUE PARA O % DE CARGA TRIBUTÁRIA EM 2006 QUE ERA DE 38% PASSOU A 34,5%; O INVESTIMENTO BRASILEIRO QUE ERA DE 25% DO PIB, REDUZ-SE A 17%; A DÍVIDA QUE REPRESENTAVA EM 2006 50% DO PIB CAI PARA 45,7%.
4. O ORÇAMENTO FEDERAL PARA A SAÚDE EM 2007, APROVADO PELO CONGRESSO E PELO PRESIDENTE DE \$45,8 BI, CONTINUA MAIOR EM R\$1,4 BI QUE O DEVIDO PELA EC USANDO-SE OS NOVOS CÁLCULOS DO PIB R\$44,4.
5. DOIS SÃO OS MAIORES PROBLEMAS DO ORÇAMENTO DESTES ANOS: O CONTINGENCIAMENTO DE R\$5,8 BI E O VOLUME

¹ Gilson Carvalho - Médico Pediatra e de Saúde Pública - carvalhogilson@uol.com.br - O autor adota a política do copyleft podendo este texto ser copiado e divulgado, independente de autorização e desde que sem fins comerciais.

DE RESTOS A PAGAR QUE FICARAM DOS ANOS ANTERIORES SOMADOS AOS CERCA DE 5 BI DE 2006.

6. PERSISTEM AS LUTAS ANTIGAS: CORRIGIR DÉBITOS DE ANOS ANTERIORES PELO PIB VELHO; RETIRAR DA SAÚDE DESPESAS INDEVIDAS E RECEBER A COMPENSAÇÃO DE ANOS ANTERIORES POR EXEMPLO: BOLSA FAMÍLIA, FARMÁCIA POPULAR, PLANO SAÚDE SERVIDORES, ARRECADAÇÃO DIRETA INCLUÍDA NA EC, RESTOS A PAGAR CANCELADOS.

2. ACERTANDO OS TERMOS: PRODUTO INTERNO BRUTO EM MOEDA CORRENTE, NO CÂMBIO E EM DÓLARES INTERNACIONAIS (PELA PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPC ou PPA ou PPP))

O Produto Interno Bruto de cada país significa a soma de todos os bens e riquezas. O Banco Mundial, em seu Atlas trabalha com Renda Nacional Bruta agregando outros valores além do PIB: "As estimativas oficiais do Banco Mundial sobre o tamanho das economias são baseadas na Renda Nacional Bruta (RNB), convertida em dólares correntes dos EUA usando o método do Atlas do Banco Mundial. A RNB inclui toda a produção da economia doméstica (isto é, o PIB), mais os fluxos líquidos de renda dos fatores (como aluguéis, lucros e rendas do trabalho) do exterior. O método do Atlas usa um fator de conversão ajustado pelos preços com média móvel de três anos para suavizar as flutuações da taxa de cambio."

Recentemente, início de 2007, o IBGE divulgou o trabalho elaborado de revisão do PIB entre os anos de 1995 e 2005. Foi um avanço. Segundo informações divulgadas pelo IBGE: "O novo método trabalha com mais fontes de informação e leva em consideração 110 produtos (antes eram 80) e 56 atividades econômicas (contra 43 da metodologia passada). Segundo o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, isso permite fazer um cálculo mais preciso. O novo método para contabilizar o desempenho da economia brasileira passou ainda a utilizar como fontes de dados as pesquisas anuais setoriais da Indústria, Comércio e Construção Civil do IBGE e as receitas declaradas das empresas à Receita Federal. As mudanças de metodologia tiveram como base o ano 2000, mas o IBGE refez a série do PIB de 1995 a 1999 a partir desta base e incorporou as alterações."

Exemplificando alguns produtos e atividades agora incluídas: Imposto de Renda das Empresas; despesas de instituições sem fins lucrativos; serviços de informação (consultorias, banco de dados, programações etc); fundos de investimento do sistema financeiro; despesas públicas de investimentos (antes só custeio) etc.

Trabalhamos no Brasil com o PIB em moeda corrente o que nos satisfaz para estudos e comparações nacionais. Quando vamos fazer comparações com outros países precisamos trazer o valor do real a uma determinada moeda de comparação tendo por base o câmbio: dólares americanos, canadenses, euros, libras, pesos etc. Entretanto, sabe-se que uma mesma moeda pode ter um poder de compra diferente em cada país conforme uma série de fatores. O estudo econômico para demonstração da paridade do poder de compra das moedas é complexo e resultado de fórmulas matemáticas extensas.

Uma das definições de mais fácil compreensão é da Wikipedia, a enciclopédia livre: "Em economia a Paridade do Poder de Compra (PPC) ou Paridade do Poder Aquisitivo (PPA), é um método alternativo à taxa de câmbio para se calcular o poder de compra de dois países. A PPC mede quanto é que uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente dólar), já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro. A PPC é necessária porque a comparação dos produtos internos brutos em uma moeda comum não descreve com precisão as diferenças em prosperidade material. A PPC, ao revés, leva em conta tanto as diferenças de rendimentos como também as diferenças no custo de vida. Isto é complicado porque os preços não flutuam num nível uniforme; na verdade, a diferença nos preços dos alimentos pode ser maior que a dos preços de habitação ou a dos preços de entretenimento. Ademais, os padrões de compra e até mesmo os bens disponíveis para compra são diferentes de país para país, portanto uma cesta constante de bens não pode ser utilizada para comparar preços em diferentes países."

Tento explicar o dólar PPC numa figura simplória. Digo que, usando uma mesma moeda de 1 dólar se eu sair para comprar balas (guloseimas!) no Brasil eu consigo trazer mais balas que se eu fosse comprar nos EUA, com o mesmo 1 dólar. Aqui a bala, comparativamente, é mais barata que lá pois custam menos os insumos: mão de obra, açúcar, frutas ou essências etc. Se quisermos sofisticar podemos analisar também a margem de lucro maior ou menor (legal ou praticada) e as determinações perversas da lei de oferta-procura.

Concluindo: as comparações de recursos financeiros de cada país, um em relação aos demais, terá maior chance de aproximação da realidade, se convertidos todos eles ao dólar internacional (dólar PPC). A moeda "virtual" que demonstra o poder de compra do mesmo dinheiro em cada um dos países.

3. PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO

Os recursos da Saúde, desde a EC-29 em 2000, estão atrelados à variação nominal do PIB. Nunca a saúde torceu tanto para que o país desenvolvesse. Que o PIB aumente, pelo crescimento real! Mais produção, mais desenvolvimento, mais emprego, salários, casa, comida etc. Tudo levando à melhora dos condicionantes e determinantes da saúde e, da própria ação de saúde!

Crescimento do PIB melhora para a população e para sua saúde e, ainda por cima, traz mais recursos aos serviços de saúde. Quando o crescimento dos recursos da saúde apenas acompanha a variação da inflação, a saúde sempre sai na pior. Por vários motivos. Um primeiro é o crescimento vegetativo da população: mesmo dinheiro para mais gente, é igual a menos dinheiro por gente. Outro, extremamente perverso, é que os preços da saúde nem sempre variam por índices inflacionários gerais. A saúde tem índice inflacionário próprio como o da FIPE que tem apontado, em média, índices maiores que os gerais. Outro fator de encarecimento da saúde é que novas tecnologias, máquinas e aparelhos, não diminuem o uso de pessoas. Pelo contrário, criam mais necessidades de trabalhadores da saúde.

Não se esquecer que o PIB as limitações do PIB. Ele não revela o real volume total de recursos de produção de bens e serviços de um país. Mais frágil ainda naqueles países, como o nosso, em menor grau de desenvolvimento e de informações mais precárias e pouco confiáveis. Interferem negativamente a economia informal, a não inclusão do trabalho das donas de casa e os distúrbios da corrupção e sonegação. Estima-se, em alguns estudos, a perda anual no Brasil do equivalente entre 30 e 40% do PIB pela sonegação e corrupção. Tem corrupção maior no privado que no público e naquela, a corrupção do comércio é duas vezes maior que da indústria.

Os dados oficiais do PIB e sua variação, gerados pelo IBGE são os abaixo.

PIB BRASIL - IBGE - 1995-2006 - R\$TRI				
ANO	PIB VELHO	VARIAÇÃO % VELHO	PIB NOVO	VARIAÇÃO % NOVO
1995	0,646	...	0,706	...
1996	0,779	20,59	0,844	19,55
1997	0,871	11,81	0,939	11,26
1998	0,914	4,94	0,980	4,37
1999	0,973	6,46	1,065	8,67
2000	1,101	13,16	1,179	10,75
2001	1,198	8,81	1,302	10,42
2002	1,346	12,35	1,478	13,47
2003	1,556	15,60	1,700	15,03
2004	1,766	13,50	1,942	14,21
2005	1,937	9,68	2,148	10,63
2006	2,065	6,61	2,323	8,14

Estas alterações do nosso PIB, pela nova metodologia de apuração, precisam ser analisadas com a relatividade dos indicadores pois, nada muda no que já passou de nossa realidade. Podem mudar nossas análises do passado e nossa visão de futuro. Pó exemplo, para economistas que acenaram que crescer 3,5% ao ano já seria suficiente para o país, passa a ser frágil a observações pois, assim sendo, em 2006 saímos dos 1,9% e fomos aos 3,5% de crescimento real e, nem pensar em suficiência. Em alguns anos a novo cálculo diminuiu um pouquinho os valores e em outros aumentou. Sempre lembrar-se que o crescimento mais importante é o real que pode dar conta de se traduzir em maior PIB por habitante.

A alteração do valor do PIB modifica várias comparações feitas com esta base. Destaque para o % de carga tributária em 2006 que era de 38% passou a 34,5%; o investimento brasileiro que era de 25% do PIB, reduz-se a 17%; a dívida que representava 50% do PIB e cai para 45,7%.

Hoje, para a saúde, o valor do PIB e sua variação anual, pode trazer alegrias e tristezas, mais ou menos sofrimento. Menos vida com adoecer e morrer evitáveis ou, mais vida com qualidade. Desde 2001 a variação nominal do PIB do ano anterior, ano de elaboração da proposta orçamentária, é aquele empregado para cálculo do orçamento da saúde. O

montante de recursos federais para a saúde a cada ano é resultado da correção da variação nominal do PIB aos recursos apuradas no MS no ano anterior.

4. PIB BRASIL NO RANKING MUNDIAL

As limitações do estudo e comparações do PIB existem na quase totalidade dos países do mundo. Abaixo estão números que mostram, comparativamente, alguns países, os primeiros no ranking de renda considerando o valor absoluto em dólar do câmbio, em dólar pela paridade do poder de compra, e finalmente o valor per capita em dólar PPC.

BANCO MUNDIAL - 2005 - PIB -US\$BI				
ORDEM	US\$ BI CORRENTES	PAÍS	US\$ BI PPC	ORDEM
1	12.930	USA	12.409	1
4	2.852	CHINA	8.573	2
2	4.988	JAPÃO	3.944	3
10	793	ÍNDIA	3.816	4
3	2.852	ALEMANHA	2.418	5
5	2.264	REINO UNIDO	1.927	6
6	2.178	FRANÇA	1.830	7
14	713	BRASIL	1.804	8
7	1.725	ITÁLIA	1.668	9
15	639	RUSSIA	1.576	10
9	1.052	CANADÁ	1.105	11
8	110	ESPAÑA	1.089	12
12	753	MÉXICO	1.073	13
11	765	CORÉIA	994	14

Pelos dados do quadro acima vemos a migração de alguns países em sua posição na escala PIB no mundo se considerado o PIB de câmbio e o PIB-PPC (paridade do poder de compra do dinheiro). Veja o Brasil em 14ª posição pelo PIB-Câmbio e a 8ª potência econômica mundial pelo PIB-PPC. De outro lado, a China na segunda posição pela paridade do poder de compra e na quarta posição pelo dólar do câmbio.

Esta análise ainda é falha ao medir apenas a quantidade absoluta e nominal do PIB. O quadro abaixo traz um outro raciocínio que aprofunda a análise. Países podem ter um elevado PIB que, ao ser rateado pela sua população se dilui em um per capita baixo, como o exemplo emblemático da China. Só os EUA permanecem nos três rankings na mesma posição de primeiro colocado, mas pela relação per capita ele diminui a distância com outros. Já, os demais países, se movem ora para baixo e ora para cima, quando analisados pelos três critérios.

ECONOMIA MUNDIAL - 2005 - PIB PER CAPITA -US\$BI					
PAÍS	US\$ BI PPP	CLAS.	POP. MI	US\$1,0 PPP/PC	CLAS.
USA	12.409	1	298	41.641	1
CANADÁ	1.105	11	32	34.531	2
R.UNIDO	1.927	6	60	32.117	3
JAPÃO	3.944	3	128	30.813	4
FRANÇA	1.830	7	60	30.500	5
ALEMANHA	2.418	5	83	29.133	6
ITÁLIA	1.668	9	58	28.759	7
ESPANHA	1.089	12	43	25.326	8
CORÉIA	994	14	47	21.149	9
RUSSIA	1.576	10	143	11.021	10
MÉXICO	1.073	13	107	10.028	11
BRASIL	1.804	8	186	9.699	12
CHINA	8.573	2	1.316	6.514	13
ÍNDIA	3.816	4	1.103	3.460	14

O Brasil, que no dólar do câmbio, tinha a 14ª posição galgou a 8ª posição como potência econômica usando o dólar pelo poder de compra, sobe à 12ª se considerado o per capita. Ao distribuir este valor pela sua população, alocando a cada um de nós um mesmo valor, (situação hipotética e apenas como forma de cálculo e raciocínio) vai para a 12ª posição. A China cai da 2ª posição em dólar PPC bem à frente do Brasil e vai para a 13ª no dólar PPC per capita, atrás do Brasil.

Países que tinham menos dólares PPC quando o Brasil estava na oitava posição no ranking, passaram à frente no rateio destes dólares pelos seus habitantes na seguinte ordem: Canadá, Itália, Espanha, Coreia, Rússia, México.

Não se esquecer que todas estas comparações pecam de alguma maneira. O valor per capita, em dólar PPC, pode avaliar melhor a situação que pelo simples volume de dinheiro, pelo câmbio ou pelo poder de compra. Só quando distribuimos estes recursos por habitante é que temos uma avaliação mais exata, ainda que limitada pois não consegue nem pretende demonstrar as iniquidades na distribuição de renda.

Existe uma outra informação relevante no quadro abaixo. Ao distribuir o volume de recursos per capita, a distância da renda per capita dos EUA em relação aos países seguintes da lista, passa a ser muito menor que em relação ao dólar de câmbio e ao dólar PPC. É o velho problema de se trabalhar com números absolutos e não relacioná-los à população: renda, mortes, acidentes etc. O que quis dizer é que muda a distância dos EUA no nas três situações: PIB-Câmbio, PIB-PPC e PIB-PPC per capita. Primeiro e segundo lugar no PIB-Câmbio: USA (US\$12 tri) e Japão (US\$5 tri) o que resulta em USA 2,4 vezes o Japão ou 140% a mais. No PIB-PPC: USA 12 tri e China US\$8 tri = 1,5 vezes ou USA 50% a mais que China. Se dividirmos este volume de recursos pelas respectivas populações muda o quadro por completo. Assim USA com US\$42 mil/pc tem bem perto outros países como Canadá (US\$35 mil/pc), Reino Unido (US\$32 mil/pc), Japão (US\$31 mil/pc), França (US\$30 mil/pc). Ou seja na relação USA-Canadá (42/35) USA só tem 20% a mais de renda per capita que o Canadá.

5. ARRECAÇÃO FEDERAL E PERCENTUAL DO PIB

Na série história 1995 a 2005 é mostrada a relação entre a arrecadação federal e o PIB. Aqui se usa o PIB velho e o PIB novo como ponto de comparação. Em ambas análises mostra-se cabalmente que a receita federal cada vez assumiu maior percentual do PIB .

É claro que, ao se aumentar o valor nominal do PIB pelo novo cálculo, estes percentuais em relação ao PIB diminuem. A receita da União, em relação ao PIB velho, cresce entre 95-2005 de 18,4% a 27,9%. Já em relação ao PIB novo, a mesma receita federal cresceu de 16,9% em 1995 a 24,8% em 2006.

RECEITA CORRENTE BRUTA DA UNIÃO E PIB BRASIL IBGE - 1995-2006 - R\$ TRI					
ANO	RECEITA BRUTA UNIÃO R\$bi - STN	PIB VELHO R\$ TRI - IBGE	RECEITA BRUTA % PIB	PIB NOVO R\$ TRI - IBGE	RECEITA BRUTA % PIB
1995	117	0,646	18,1	0,706	16,6
1996	147	0,779	18,9	0,844	17,4
1997	159	0,871	18,3	0,939	16,9
1998	183	0,914	20,0	0,980	18,7
1999	209	0,973	21,5	1,065	19,6
2000	235	1,101	21,3	1,179	19,9
2001	270	1,198	22,5	1,302	20,7
2002	320	1,346	23,8	1,478	21,7
2003	356	1,556	22,9	1,700	20,9
2004	419	1,766	23,7	1,942	21,6
2005	488	1,937	25,2	2,148	22,7
2006	576	2,065	27,9	2,322	24,8

6. PIB E FINANCIAMENTO FEDERAL DA SAÚDE - CORREÇÃO DOS ANOS ANTERIORES DEVIDO AO NOVO CÁLCULO DO PIB

Os valores devidos ao Ministério da Saúde serão alterados pelos novos cálculos do PIB entre 1995-2005? Vamos tentar responder a partir dos dados abaixo e sua análise.

MS - RECURSOS DEVIDOS 2000-2007 - EC-29 NOVO PIB -IBGE				
R\$BI				
ANO	MS - TOTAL SPO	VARIAÇÃO NOMINAL PIB NOVO	DEVIDO MS NOVO PIB	DIFERENÇA DEVIDA
2000	20,35	10,75	20,35	0
2001	22,47	10,42	22,54	-0,07
2002	24,74	13,47	24,89	-0,15
2003	27,18	15,03	28,24	-1,06
2004	32,7	14,21	32,48	0,22
2005	37,15	10,63	37,10	0,05
2006	40,75	8,14	41,04	-0,29
2007	45,81	...	44,38	1,43
TOTAL DE RECURSOS FEDERAIS À MAIS QUE OS DEVIDOS À SAÚDE PELO NOVO PIB SE SUSPENSO O CONTINGENCIAMENTO				0,13

Os dados acima referem-se ao montante de recursos federais para a saúde nos anos de 2000 a 2007. A variação nominal do PIB passa a servir de parâmetro para o cálculo dos recursos federais para a saúde a partir de 2000. O percentual de variação nominal entre os anos de 1999 e 2000, ano de elaboração do orçamento 2001, será o parâmetro aplicado ao valor apurado em 2000. E, assim, a cada ano seguinte.

Na primeira coluna do quadro acima, a série de anos analisados. Na segunda coluna, os valores apurados e oficiais do ocorrido entre 2000 e 2006. O valor de 2007 corresponde ao valor do orçamento para a saúde, aprovado no Congresso e sancionado pelo Presidente e, logo a seguir, contingenciado por decreto, também presidencial.

A terceira coluna mostra a variação nominal do PIB brasileiro após os novos cálculos divulgados em março de 2007. Estes valores percentuais de variação nominal do PIB, correspondem aqueles do primeiro quadro onde se

demonstram os antigos e novos valores do PIB e sua variação nominal ano a ano.

A metodologia para se apurarem os recursos federais devidos ao SUS é:

- 1) tomar o valor do ano de 2000 que é um só e mesmo nas duas colunas, pois a ele não se aplica ainda a variação nominal do PIB;
- 2) ver o percentual de variação do PIB em 2000 (relação a 1999);
- 3) fazer o cálculo 2000 acrescido do percentual de variação nominal do PIB.

O resultado final da operação demonstra quais são os valores que seriam devidos à saúde pela nova metodologia e aplicável nos anos 2001 a 2007.

Na quinta e última coluna se demonstra a diferença entre o aplicado e o devido pela novo PIB. O que surpreendeu a muita gente, foi que houve diferenças a menor e a maior. Nos anos de 2004, 2005 e 2007 os valores antigos superam o devido pela nova metodologia. Nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2006 os valores apurados pela nova metodologia são maiores que os aplicados, gerando um possível débito. Na compensação de um valor e outro teríamos: os valores a mais devidos pelo novo PIB somados representam R\$1,57 bi e os valores a mais do antigo PIB resultam em R\$ 1,70 bi. A diferença a maior é dos valores calculados pelo PIB antigo superando o novo em R\$0,13 bi ou seja 130 milhões de reais.

Detalhando o cálculo referente a 2007. Se aplicada a metodologia antiga teríamos para a saúde o valor apurado em 2006 pelo MS de R\$40,75 bi acrescido de 6,61% resultaria em R\$ 43,44 bi . Se aplicado o novo percentual de 8,14% sobre o valor novo, devido em 2006, de R\$41,04 bi teríamos R\$44,38 bi. Na hipótese de tomar o valor apurado em 2006 de R\$40,75 e a ele se aplicar a variação nominal do PIB novo (8,14%) teríamos uma hipótese de menos recursos para a saúde pois, chegaríamos a R\$ 44,03 bi.

A Lei Orçamentária Anual da União 2007 aloca ao Ministério da Saúde a importância de R\$ 45,8 bi diretamente destinada a ações e serviços de saúde. Foi assim decidido pelo Congresso e assim sancionado pelo Presidente. Este recurso representa R\$1,43 bi a mais que o determinado pela EC-29 usando os percentuais de variação do novo PIB. Pela metodologia antiga até 2006 e apenas se usando o novo PIB para 2007, teríamos a diferença de R\$1,57 bi a mais.

7. SIMULAÇÕES DE VALORES COM A PROPOSTA DA PEC-169, DA REGULAMENTAÇÃO DA EC E DOS VALORES ATUAIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

Podemos, para finalizar, fazer uma rápida simulação entre algumas hipóteses de melhor financiamento pelas quais passou e passa a saúde.

HIPÓTESES DE VALORES PARA A SAÚDE PÚBLICA 2007			
ITENS	PEC-169	REG.EC-29	ATUAL
UNIÃO R\$BI	100	65,25	45,80
ESTADOS R\$BI	20	20	20
MUNICÍPIO R\$BI	20	20	20
TOTAL R\$BI	140	105,25	85,8
US\$BI	70	52,63	42,9
US\$BI PPC	175	157,89	128,7
PC US\$	368	277	224
PC US\$ PPC	921	692	560

O primeiro bonde da história que se perdeu foi não ter conseguido incluir em definitivo na CF que a saúde ficaria com 30% dos recursos da seguridade social.

Mais à frente o Dep.Eduardo Jorge apresentou a PEC-169 que retomava a proposta da época da Constituinte. A PEC-169, que perdemos no Congresso em 2000 com a aprovação do texto diferente da EC-29, reivindicava que o Governo Federal aplicasse no mínimo 30% do orçamento da seguridade social (excetuando PIS-PASEP) em ações e serviços de saúde. Isto daria em 2007, cerca de R\$100 bilhões de reais ou seja mais que o dobro que o atual orçamento do Ministério da Saúde. Transformado em dólares pelo câmbio daria US\$50 bi que, dividido pela população estimada de 2007 (190 milhões), daria cerca de 263 dólares por habitante só de recursos públicos federais. Como se estima mais cerca de R\$20 bi de Estados e R\$20 bi de Municípios teríamos R\$140 bi de recursos públicos ou seja US\$70 bi de dólares, que no câmbio representam US\$368 per capita e que em dólares internacionais (paridade do poder de compra - média de 2,5 vezes o dólar de câmbio) poderia colocar o Brasil com o gasto público com saúde (União-Estados-Municípios) de US\$921 por habitante ano.

O mesmo cálculo, se feito pela proposta da regulamentação da EC-29 de 10% da receita corrente bruta federal: União com R\$65,25 bi, Estados e Municípios com R\$20 bi cada um. Total público R\$105,25 bi convertido ao dólar de câmbio seriam US\$ 52,63 bi de dinheiro público para a saúde que, divididos pela população dariam US\$277 dólares de câmbio ou corrigidos ao dólar internacional (2,5 vezes o de câmbio) teríamos US\$ 692 dólares per capita com saúde.

Para cairmos na real, se nada acontecer e ficarmos com os valores aprovados no Congresso mais os de Estados e Municípios chegaremos a R\$ 85,8 bi que divididos pela população daria R\$447 reais que dolarizado ao câmbio daria US\$224 e corrigido pela paridade do poder de compra (2,5X) chegaria a US\$560 por habitante ano só e exclusivamente de dinheiro público das três esferas de governo, destinados à saúde.

8. CONCLUSÃO

No Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2007, o Governo fez uma previsão de crescimento do PIB para 2006 a maior que o estimado. Favoreceu a saúde na proposta de seu orçamento. Não bastasse este fato favorável o Congresso Nacional alocou recursos extras para a saúde. O presidente confirmou. **O aumento do PIB não favoreceu mais a saúde pois ela já tinha sido favorecida pela vontade dos parlamentares e pela sanção presidencial.**

O urgente e imprescindível é derrubar o contingenciamento que representa um desrespeito ao Congresso e uma inconstitucionalidade ameaçada. Os recursos federais destinados à saúde, no limite, não dependem hoje da arrecadação federal. Qualquer que seja ela, a saúde tem garantido seus recursos cujo montante está atrelado indiretamente a um percentual do PIB brasileiro (o apurado no anterior com a variação nominal do PIB)

Nesta discussão do novo PIB, que não trará alteração ao montante da saúde, não podemos nos esquecer que existem diferenças a menor de anos anteriores que precisam ser resolvidas. 1) Débitos em relação ao montante mínimo da EC-29, não cumpridos com o PIB antigo; 2) Despesas indevidas como Farmácia Popular, Bolsa Família, Plano de Saúde de Servidores, restos a pagar cancelados etc. 3) Restos a pagar cancelados que serviram anteriormente para atingir o mínimo da EC-29; 4) Reposição dos valores da receita própria arrecadada e inclusa dentro dos limites mínimos da EC-29, quando deveria ser uma receita a mais.

Em resumo, pelo raciocínio que acima demonstrei, podemos dizer que nenhum ganho terá a saúde com o novo PIB, até o ano de 2007. Terá sim, a cada ano que vier, mantida a regra atual, o ganho do crescimento real do PIB

para o que haverá sempre nossa grande torcida. Dois ganhos: melhoria geral para a população interferindo nos condicionantes e determinantes e melhoria dos recursos da saúde que deve ser, sempre maior que o crescimento vegetativo da população de modo a que o PIB per capita cresça realmente.

Boas batalhas para nós cidadãos de lá ou de cá, mas todos, de dentro.